



1 setembro 2014

notícias

ESPECIAL CAMPANHA NACIONAL



BANCOS NÃO APRESENTAM DADOS PROMETIDOS

A segunda rodada de negociações desta Campanha Nacional, na última quarta (27) e quinta-feira (28), foi palco de vários NÃOs por parte dos banqueiros, no que diz respeito a segurança e igualdade de oportunidades.

Uma das principais reivindicações em debate foi a extensão do projeto-piloto de segurança bancária, implantado com sucesso em abril de 2013, em três cidades de Pernambuco, para todas as agências e postos de atendimento do país.

O Comando Nacional apresentou dados do crescimento da violência contra os bancos e destacou os avanços alcançados pelo projeto-piloto, que reduziu 50% dos assaltos e 42,9% dos crimes de saidinha nessas agências.

A diminuição significativa é reflexo de importante conquista da Campanha Nacional 2012, que garantiu a instalação de portas com detectores de metais, câmeras nas áreas internas e externas, biombos entre a bateria de caixas e as filas, cofre com dispositivo de retardo e guarda-volumes, além de vigilantes armados e trajando coletes à prova de balas em 205 agências de



Jaílton Garcia/Contrat

Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

A Fenaban discorda dos números apresentados pelo Comando e sugere aplicar o projeto-piloto de segurança em mais 2 ou 3 cidades. Para os representantes da categoria, não há lógica nessa proposta, a não ser que sejam acrescidos novos itens. “Não há porque repetir a mesma experiência em apenas 2 ou 3 municípios, a não ser que seja ampliada. Como o projeto inicial já se mostrou eficaz, queremos que ele seja conveniado para todo o país”, afirma Luiz César Freitas, o Alemão, presidente da FETEC-CUT/SP.

O tema voltará ao debate, quando ambas as partes apresentarão os dados abertos, com nomes e caracterização das ocorrências de violência contra os bancos.

A Fenaban respondeu

NÃO para os pleitos de estabilidade de 36 meses para vítimas de assaltos, sequestros ou extorsões; adicional de periculosidade de 30% da remuneração mensal e imediata emissão de cópia de Boletim de Ocorrência Policial (BO) para o sindicato.

As reivindicações para assistência, com ressarcimento de custos de medicamentos e tratamentos às vítimas de assalto, sequestro e extorsões também voltarão à mesa de negociação. Já o debate sobre a guarda das chaves por bancários será remetido para a mesa temática de segurança.

“Infelizmente, os banqueiros demonstraram total indiferença para com o bem maior, que é a vida e a integridade de seus trabalhadores. É preciso avançar nesse debate”, ressalta o presidente da FETEC-CUT/SP.

Descaso para igualdade de oportunidades

A Fenaban mais uma vez travou o debate sobre igualdade de oportunidades ao não apresentar o esperado resultado do 2º Censo da Diversidade da Categoria Bancária. A segunda edição do Censo aconteceu entre 17 de março e 9 de maio deste ano e teve participação de mais de 40% dos 440 mil bancários de todo o país. Pressionados, os representantes dos bancos se comprometeram a apresentar os dados na primeira quinzena de setembro.

Descomprometida, negou, de cara, reivindicações importantes, como Planos de Cargos e Salários - PCS - com regras nítidas e igualdade nas oportunidades de promoção, cota mínima de 20% para contratação de negros, ampliação da licença paternidade, ou mesmo o abono de faltas para trabalhadores deficientes quando necessitem adquirir ou dar manutenção a próteses e órteses.

A única concessão foi feita à proposta de combate ao assédio sexual. Os bancos concordaram em fazer campanhas de esclarecimento e prevenção em conjunto com o movimento sindical. Mas se esquivaram quanto à adoção do Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, remetendo a discussão para a mesa temática.

Falta segurança nos bancos



No primeiro semestre de 2014, os bancos foram alvos de 1.693 ataques em todo o país, uma média de nove casos por dia, o que representa um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período de 2013. Dentre as ocorrências, 403 foram assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes) e 1.290 arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. Nesse período, também foram registrados 32 assassinatos, uma média de cinco vítimas fatais por mês como fruto da violência contra os bancos.

Os dados são da 7ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Federação dos Vigilantes do Paraná (Fetravisp), com apoio técnico do Dieese.

Conforme o levantamento, São Paulo é o estado com o maior número de ataques (403), seguido por Minas

Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia.

Mesmo com o crescimento da violência, os bancos não investem em segurança apesar de seguirem com lucros exorbitantes.

Segundo o Dieese, os cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, BB, Caixa e Santander) lucraram no primeiro semestre de 2014 R\$ 28,3 bilhões e aplicaram somente R\$ 2,4 bilhões em despesas com segurança e vigilância, o que representa uma média de 8,6% dos seus resultados.

Como se não bastasse a falta de investimentos, as instituições financeiras ainda desrespeitam a legislação. No primeiro semestre deste ano, elas foram multadas pela Polícia Federal em R\$ 5,585 milhões por descumprimento da lei federal 7.102/83 e de normas de segurança. As principais infrações foram ausência de plano de segurança aprovado pela PF, número insuficiente de vigilantes, alarme inoperante e utilização de bancários para transporte de valores, dentre outras irregularidades.

Cadê a responsabilidade social dos bancos?

Além de cortarem postos de trabalho, os bancos ainda discriminam nas contratações e na ascensão profissional. O que se vê nas instituições financeiras são pessoas cada vez mais qualificadas sendo barradas por questões raciais, orientação sexual ou deficiência física.

No caso de trabalhadores com deficiência, os bancos se limitam a cumprir apenas a quota prevista na lei. No que diz respeito às mulheres, que hoje ocupam 49% do total de postos de trabalho no setor, o que ocorre são as dificuldades de ascensão profissional e as diferenças salariais.

Embora com grau de escolaridade maior, elas ocupam menos cargos diretivos e recebem salários mais baixos. Em média, seus rendimentos são 24% menores do que dos homens nos mesmos cargos. “A responsabilidade social não

está apenas em obter Certificações ISO, usando papel reciclável e se preocupando com o meio ambiente, está também na inclusão social de todos sem discriminação”, afirma Crislaine Bertazzi, diretora de Políticas Sociais da FETEC-CUT/SP.

